

Lucia Maria Paschoal Guimarães¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

luciampguimaraes@gmail.com

A criação do Programa de Pós-Graduação em História e a História Política como campo autônomo

Em depoimento à *Revista Maracanan*, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Professora Titular de Teoria da História e Historiografia, relembra a criação do PPGH, destacando a sintonia do projeto com o momento de renovação dos estudos em torno da História Política nos anos 90. Hoje, a pós-graduação da UERJ é referência para pesquisadores interessados nas interfaces entre Política e Cultura e Política e Sociedade, as duas linhas de pesquisa do curso. A estrutura enxuta, considerando-se o corpo docente e número de vagas oferecidas, situa o Programa entre os cursos de porte médio, qualificando-o a buscar a meta de excelência no cenário da pós-graduação nacional. Pesquisadora do CNPq e dos Programas Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) e Prociência da UERJ, Lucia Guimarães coordena o Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais, juntamente com Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, e o Grupo de Pesquisa “Ideias, Cultura e Política na Formação da Nacionalidade Brasileira”. Sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entre outras instituições científicas nacionais e internacionais, ocupa, atualmente, a vice-presidência da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) e da Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (AHILA).

O Programa de Pós-Graduação em História surge da convergência de interesses de um grupo de professores que tinha recém-concluído seu doutorado. Curiosamente, esse grupo quase todo vinha da USP – Lúcia Bastos, Lená Medeiros, Tania Bessone, Maria Emilia Prado, Marilena Barbosa, Orlando de Barros e eu. De fato, havia uma convergência de interesses, embora as pesquisas fossem bastante diferentes: o estudo de história política. Num primeiro momento, entretanto, a escolha da “área de concentração em história política” para o Programa não foi muito bem vista, as pessoas não entenderam que, naquela época, a UERJ era um pouco vanguarda. Por quê? Hoje, fala-se em “retorno” da história política, quando na verdade não é exatamente isso, mas um revigoramento. Já fazíamos trabalhos nessa linha desde os anos 90. Apesar da grande influência que sofremos, indiscutivelmente, ter sido da historiografia francesa, se examinarmos bem, na historiografia anglo-saxã nunca se deixou de fazer história política (outro dia os alunos riram quando eu disse que uma das coisas que Edward Thompson fazia muito bem eram as

¹ Depoimento a Marilene Rosa Nogueira e Laura Nery, do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, em 03/06/2015.

biografias: uma das melhores biografias de Ralph Waldo Emerson foi escrita por ele!), então, naquela ocasião, a ideia de uma concentração em história política sofreu muitas críticas, não diria na esfera nacional, porém aqui, no Rio de Janeiro. O meio acadêmico de então achava que nós, na UERJ, faríamos uma história do “nome-e-data”. Na verdade, nada disso correspondia aos interesses e à produção desse grupo que veio a formar o PPGH. Por exemplo, a tese de doutorado da Lúcia Bastos apoiava-se no conceito de cultura política, já naquela época, 1992, concomitante às pesquisas que exploravam a mesma noção, especialmente na historiografia europeia. Outro exemplo: quando eu fiz a tese sobre o Instituto Histórico, procurei mostrar que os intelectuais e o poder andavam juntos. Era impossível pensar o IHGB apartado de D. Pedro II e da política imperial se, entre os fundadores, você distingue catorze ou quinze notabilidades de 1822, nomes da geração da Independência. Imaginar uma história na contramão dessa memória é brincadeira. Então a história política começa, no nosso caso, com trabalhos desse tipo. Marilena Barbosa, por exemplo, fez uma pesquisa interessantíssima sobre política de habitação no Estado Novo; Orlando de Barros e Tânia Bessone desenvolveram pesquisas em torno do par política e cultura. Assim, esses trabalhos tinham um eixo comum muito bem definido, embora abordassem temáticas e objetos diversos: a política, às vezes combinada à noção de cultura, às vezes combinada à noção de estratificação social, mas mantendo esse ponto em comum.

O outro eixo que orientava o curso era o da história das Relações Internacionais. Percebia-se certa resistência em relação à problemática proposta, ou mesmo aos temas, quando – no fundo – nos dois casos, da política e da história das relações internacionais, creio que houve uma espécie de antecipação de interesses que viriam a se consolidar mais tarde no horizonte das pesquisas. No entanto, naquele momento, a proposta não foi inteiramente compreendida no contexto dos demais programas de pós-graduação em história no Rio de Janeiro. Todas as teses mencionadas antes foram defendidas com sucesso e algumas, eu posso dizer, tornaram-se, até, obras de referência. A resistência a que me referi era mais concentrada no Rio.

Havia, naquela época, na USP, dois programas de pós-graduação: História Social e História Econômica fortemente identificadas com o pensamento marxista. A outra linha, de história social, reunia um grupo mais eclético, mas já se fazia história política ali. É curioso observar que a percepção dessa tendência das pesquisas – a política – não ficou clara para nós desde o início. Somente depois que as teses foram sendo finalizadas, defendidas, percebeu-se que havia um ponto de interseção entre as pesquisas: a noção de política como algo autônomo. Isso ficou bastante evidente quando nos reunimos na UERJ para montar o projeto de pós: um projeto organizado a partir não só do campo político, mas em torno de matrizes teóricas que eram comuns a nós. René Rémond, Jean-François Sirinelli, Jean-Pierre Rioux e Pierre Milza, por exemplo, são autores com os quais trabalhamos desde meados dos anos 80. Esses autores foram combinados à leitura da história política anglo-saxã, outra vertente teórica fundamental. Essa base, acredito, foi um diferencial do projeto do Programa e contribuiu para a sua aprovação pela CAPES. Nossa proposta se diferenciou, a meu ver, entre os vários programas que, de um modo geral, estavam muito ligados à segunda geração de historiadores da Escola dos Annales, uma vertente muito identificada não somente com o próprio Braudel, mas com seus herdeiros, como Emmanuel Le Roy Ladurie, por exemplo. Dos Annales, o que incorporamos ao projeto de pós-graduação da UERJ foi a leitura de Le Goff e Pierre Nora, autores que conciliaram as diferentes vertentes dos *annalistes*, ao estabelecerem o debate centrado na relação entre história e memória. Do lado anglo-saxão, por sua vez, o debate estava muito aquecido com a discussão sobre o chamado “retorno da narrativa”, as diferenças entre Lawrence Stone e Eric Hobsbawm.

O que era preciso para credenciar um programa de pós-graduação naquele momento? Afirmar um diferencial. Mostrar a atualidade teórica da renovação do debate em torno da política – algo que ganhava força na historiografia e representava uma novidade. Foi o que se procurou fazer no desenho das áreas de concentração e linhas de pesquisa. Quanto à história das Relações Internacionais, procuramos mostrar igualmente a atualidade e o proveito da história política refletida no crescente interesse pelos estudos sobre a política externa de caráter cultural, por exemplo.

Posso dizer que, nesse momento inicial, nesse período de constituição do Programa, foi feito um esforço para consolidar especialmente a base teórica no cenário da pesquisa feita aqui no Rio de Janeiro. Aqui, em meados dos anos 90, ainda se imaginava que fazer história política era algo ultrapassado. Porém, o que tínhamos em mente era completamente diverso: uma história política renovada, atualizada, em diálogo com problemas e objetos que ofereciam interesse atual, algo que já estava sendo feito na Europa há algum tempo. Lembre-se de que a edição original do livro *Por uma história política*, de Réne Rémond, foi lançada na França, em 1988. Há um livro que vale a pena mencionar, *Les intellocrates. Expédition en Haute Intelligentsia*, de Hervé Hamon e Patrick Rotman, que mostra como, na França, certos pesquisadores ocuparam funções burocráticas – no CNRS (Centre National de Recherche Scientifique), no Ministério da Educação e também na mídia – e acabaram por “dominar” o campo. Por outro lado, há também aqueles que combatiam nas suas trincheiras, como o próprio Rémond, cujo trabalho começa a ganhar visibilidade após 1968, pois as “longas durações” já não davam conta de explicar a experiência histórica vivida então. Tratava-se de uma alternativa teórica construída em torno da história política e que se mostrava mais consistente, e talvez mais sensível à demanda dos estudantes e pesquisadores, em suma, muito mais “vanguarda”.

E acho que isso ficou muito claro para nós na UERJ quando foi feita a primeira seleção para o Mestrado, em 1995: na primeira vez apareceram quase cem candidatos! Havia uma espécie de demanda reprimida, majoritariamente do Rio de Janeiro. Muitos desses primeiros alunos e alunas hoje ocupam funções de destaque em ensino e pesquisa. Justamente por partir da história política, nossa linha sempre foi a da interdisciplinaridade, o que, creio, exerceu grande atração sobre os alunos interessados em seguir na vida acadêmica. O que propusemos foi algo não convencional, ainda que visitando autores e fontes equivocadamente considerados convencionais. Por exemplo: quando Varnhagen diz, em 1854, que a vinda de Dom João VI tem duplo significado – para o Brasil é o início da independência e, para Portugal, o início do fim do Império colonial –, percebe-se aí a possibilidade de explorar o sentido hermenêutico da história.

O que se procurou, portanto, naquele momento, foi um modo de organizar a reflexão e a pesquisa de uma forma interdisciplinar. Como contemplar, por exemplo, as recomendações de Lawrence Stone em *O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história*?² De que maneira combinar noções de cultura com política? Esses eram os pontos que deram unidade ao Programa e que significaram uma novidade no cenário da pós. Vou exemplificar uma vez mais: o trabalho do Orlando de Barros é muito expressivo dessa proposta.³ Ele articula a política do Estado Novo à música e elege como estudo de caso o compositor Custódio Mesquita. Ele não poderia explicar a trajetória do cantor e compositor sem articulá-la ao contexto do Estado Novo: esse é o tipo de combinação que dá à explicação histórica mais consistência. Os objetos de pesquisa se encaixavam sem, contudo, perder sua singularidade.

² Artigo publicado na revista *Past and Present*, 1979.

³ O livro *Custódio Mesquita: Um compositor romântico no tempo de Vargas (1930-45)*, lançado pela EdUERJ em 2001 é resultado de sua tese de doutoramento na USP, concluída em 1995.

As primeiras dissertações defendidas tinham essa marca: partindo da história política, propunham articulações ainda não exploradas. Minha primeira orientação de mestrado foi a de Marco Antônio Cunha, sobre a guerra do Paraguai,⁴ mais especificamente sobre a cultura da guerra. A indagação feita, então, saía do habitual – a dissertação examinava o que mudara na chamada cultura da guerra. Qual o impacto causado por um Dom Pedro II chegando a Uruguaiana a cavalo, usando bombachas e poncho? Ou pelas memórias de Dionísio Cerqueira narrando que a tropa era seguida por uma massa de gente que não se podia imaginar como parte integrante do “teatro de operações” – mulheres, crianças, famílias, ciganos, todo um cotidiano que incluía as tarefas mais prosaicas, como um eventual carreado, a intimidade possível da família, *et cetera*, algo que realmente dizia respeito a uma cultura da guerra – ou seja, uma percepção que extrapola a violência das batalhas, a estratégia dos militares, para refletir sobre toda uma sociedade que ali se representava.

Nos primeiros anos, o Programa se dividia entre Política e Sociedade e Relações Internacionais, como já disse. Depois, quando fizemos o projeto para o doutorado, criamos a subdivisão Política e Sociedade e Política e Cultura, nossas linhas de pesquisa. Para isso, mostramos teoricamente como a noção de uma história social estava acobertando algo que era do âmbito cultural: questões ligadas às práticas e representações. Isso exigia pensar categorias específicas, exigia pensar para além das Mentalidades. Nesse momento, alguns autores foram decisivos, como Clifford Geertz e Marshall Sahlins, cujos aportes teóricos de certa forma “desengessaram” a pesquisa. Não afirmo, com isso, que tudo se dispersasse numa conceituação solta de cultura, levando a um esgarçamento da atividade de pesquisa. Apenas assinalo que o Programa apontava para uma direção que prezava a interdisciplinaridade sem prejuízo da consistência e coerência teórico-metodológica.

De 1995 a 2000 houve um grande amadurecimento. O doutorado foi uma inflexão muito importante. Tínhamos dissertações muito fortes, que foram contribuições originais à historiografia. Cito apenas alguns trabalhos, como o de Sonia Lopes, orientada por Marilena Barbosa, e o de Fabio Koifman, orientado por Orlando de Barros, entre outros tantos. Essas publicações coincidem com um momento importante, por volta dos anos 2000, quando há uma tomada de consciência, entre nós, de que a história estrutural estava ruindo e havia uma valorização do que estava se produzindo na UERJ.

Nesse sentido, é importante mencionar também que o curso de graduação da UERJ era o que mais aprovava nos concursos do estado e do município – nossa formação sempre foi considerada de excelência. E ainda o é. A partir daquele momento, entretanto, estávamos ganhando destaque também na formação de pesquisadores. Acho que isso foi uma conjuntura muito favorável, pois já possuíamos uma sólida tradição no ensino de graduação, e avançávamos na pós-graduação com um perfil acadêmico bem definido.

Para além de fazer uma história política, nesse sentido renovado que venho enfatizando, a produção do PPGH estimulou a pesquisa de fontes originais e trouxe a público esses resultados, o que nos deu massa crítica para investir no doutorado. E eu diria que, naquele momento, éramos um programa jovem que, evidentemente, não poderia ter a mesma produção quantitativa apresentada por outras universidades, no entanto já em condições de prosseguir para o doutorado: uma unidade interna, um corpo docente e discente expressivo e uma estrutura curricular consolidada. A meu ver é preciso ressaltar o seguinte: há que se estabelecer parâmetros; não há porque comparar coisas heterogêneas. Nós sempre fomos um programa de tamanho médio no que diz respeito a indicadores quantitativos. O Programa é enxuto e consistente. Se nos mantivermos nessa faixa, acredito que seja possível chegarmos à avaliação máxima estabelecida pela

⁴ *A chama da nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai*. Dissertação defendida em 1998 e publicada em 2001.

CAPES, que é o conceito 7, destinado a programas de alto desempenho. Um corpo docente muito grande, vagas demais, não significam garantia de qualidade.

É preciso lembrar que tudo mudou muito. No meu tempo de doutoramento, em 1990, havia poucos programas de pós-graduação de história no Brasil, lembro-me da USP, da UFF, da UFPR, da PUC/SP, da UFBA... Acho que não se chegava a dez programas. Na USP, quando fiz o meu doutorado, reuniam-se alunos de todo o país e do estrangeiro. Além disso, havia um convívio variado nas turmas: algumas disciplinas eram universais e procuradas por alunos de diferentes programas e, por isso, as aulas frequentemente se convertiam em verdadeiras assembleias, com discussões acaloradas! É importante lembrar isso, pois a USP era um polo irradiador. O perfil dos alunos também era outro: o doutorado era visto como o ápice da carreira – muitos de nós já éramos professores universitários, com publicações. Hoje em dia, a maneira de conceber um doutorado mudou bastante e ele é encarado, de certa forma, como o início da trajetória acadêmica. Nossas primeiras turmas de pós-graduação na UERJ viveram essa mudança na cultura acadêmica. E isso tem, é claro, um impacto na forma de construir uma dissertação, uma tese.

Mas o que quero destacar é esse papel irradiador da USP e de outras instituições. Anos mais tarde, enquanto estive no Comitê de História da CAPES, pude mapear essa difusão e verificar as ramificações dos programas pioneiros por todo o Brasil, a implantação de novos núcleos de pesquisa, com seus perfis diferenciados e, atualmente já consolidados, o que resultou na multiplicação de polos regionalizados, que têm redesenhado o cenário de pesquisa no país hoje em dia.

Voltando ao momento de expansão para o doutorado, lembro-me de que, inicialmente, oferecíamos, acho que dez ou doze vagas para cada linha de pesquisa, apesar da grande procura por parte dos alunos. Também tínhamos poucas bolsas. Depois de três anos – tempo necessário para que os primeiros resultados comesçassem a aparecer – como já destaquei, a produção do Programa começou a ganhar visibilidade e os novos mestres ou aqueles que estavam em vias de defender suas dissertações perceberam a importância de dar continuidade às pesquisas empreendidas. A evolução para o doutorado foi fruto de um interesse natural dos docentes, no sentido de expandir e aprofundar o trabalho, e dos próprios discentes, cujas investigações e indagações se identificavam com as linhas de pesquisa da nossa pós. As linhas, por sua vez, iriam também se subdividir como mencionei antes.

São, portanto, dois os aspectos em relação à implantação do doutorado: um corpo docente altamente qualificado – em vinte professores, seis eram bolsistas do CNPq – e uma massa crítica expressiva. Naquele momento, contávamos com cerca de trinta mestres formados ou em formação pela casa. O processo do doutorado foi conduzido por Lená Medeiros e Monica Lessa. Eu participei um pouco, colaborando na justificativa teórica, especialmente para embasar a separação entre a linha de Política e Cultura e Política e Sociedade. Na ocasião, havia também a linha de Relações Internacionais que agora possui seu próprio programa.

Acho interessante destacar os primeiros cursos da área de Teoria e Historiografia, que hoje são obrigatórios em nosso programa. Eles foram pensados a partir das experiências que tive na USP, onde a disciplina já existia no currículo da pós. Na época de implementação do curso de doutorado da UERJ, troquei ideias com a professora Raquel Glezer, que considero um verdadeiro repositório nessa área; ela tem uma visão do todo no que diz respeito à teoria e me ajudou a enfrentar esse desafio que é planejar um curso de teoria. Lembro-me de que ela definiu o problema de maneira divertida: “um curso assim tem que ser uma forma de não bagunçar a cabeça das pessoas!” E é isso mesmo: é preciso, de fato, organizar a

cabeça dos alunos. Parafraseando Michael de Certeau, o pesquisador fala de algum lugar, mas é preciso saber qual é esse lugar.

No correr dos anos eu fui alterando, acrescentando novas bibliografias e temas que são atuais, como, por exemplo, a proposição de se retomar aspectos de uma História Geral, a proposta de uma História Ecológica ou de uma História Ética. O importante aqui é a ideia de manter a continuidade sem abrir mão de novas reflexões. Isso me lembra, aliás, outro interlocutor querido, Manoel Salgado. Nós discutíamos que é preciso, sim, considerar a categoria de “regime de historicidade” proposto por François Hartog, mas não se pode pensar que, para que um regime de historicidade apareça, outro deva desaparecer. Não acredito que se opere uma troca, mas que os regimes possam ser concomitantes. Essa possibilidade de convívio orienta a disciplina de Teoria e Historiografia: quando você tem um regime de historicidade em ascensão, um dos recursos é desqualificar o anterior. Por isso, eu concentro muitas leituras no século XIX e início do XX, pois acredito que o nó está ali. Sempre volto ao Kant de *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, de 1784, cujas proposições contêm ideias que seriam, digamos, respondidas somente no século seguinte, por teorias diversas.

Essas respostas, por sua vez, nos informam sobre as ideologias que predominam na historiografia de cada momento. A questão da ideologia nunca saiu da pauta da historiografia. Eventualmente, as práticas simbólicas refletem-nas, porém isso não é uma regra: o simbólico não vai ser reduzido à ideologia e vice-versa. Por exemplo, vale a pena reler Auguste Comte. Ele diz com muita clareza: o mundo tinha que ser governado pelos mais capazes, era uma ditadura! O tema do positivismo é muito complicado, como abordar? Como buscar a confirmação dessa teoria numa prática? Esse é apenas um exemplo.

A teoria só tem significado, como diz o nosso amigo Einstein, se for comprovada empiricamente. Transpondo essa afirmação para a história, nos colocamos diante do problema da fonte. Como comprovar um problema teórico? Há um artigo de Braudel, “História e Ciências Sociais. A longa Duração”,⁵ no qual ele diz claramente: modelo não é camisa de força. Aqui entramos num problema de método. O modelo é um “norte”. É preciso ter uma construção, algo que te ajude a pensar, mas temos que verificar empiricamente o que afirmamos. Houve um longo período em que os alunos tinham pavor de ir às fontes, e só agora isso está mudando. Você pode produzir um ensaio interpretativo, mas isso demanda uma erudição muito extensa. Na fase das grandes histórias estruturais, houve muitas “viagens” que abandonaram a materialidade das fontes. Um exemplo curioso é Sérgio Buarque de Holanda: era um empirista de primeira. Os arquivos dele são cheios de “minúcia” – ele prestava atenção total à minúcia. E isso somado a uma prosa maravilhosa. Vamos a outro exemplo, Gilberto Freyre, da escola culturalista americana. Ele dizia: “não me cobre o que eu não vou fazer”. Essa é uma grande lição que não deve ser esquecida. Hoje, enfim, a linha de Teoria e Historiografia evoluiu muito, há a Sociedade de Teoria e Historiografia que está sempre se atualizando. A teoria dá respaldo para que se pense o próprio campo.

Volto agora à história política, que, afinal, foi o nosso ponto de partida: considero que, hoje, esta é uma das tendências mais fortes na historiografia. É preciso ler o campo político como campo autônomo. Como explicar a aproximação do Papa Francisco com Raul Castro e seu papel como mediador entre Cuba e Estados Unidos? Pressupostos da economia não nos ajudariam muito, nesse caso. Mas não se trata do político explicar-se por si mesmo. É na composição entre este e os demais aspectos da experiência que as conexões aparecem e que se torna possível explicar alguns problemas históricos. A isso deve se associar uma base empírica sólida, volto a dizer. Aliás, hoje, com ferramentas como a internet, com a crescente

⁵ Publicado em *Escritos sobre a História*, Editora Perspectiva, 1. ed., 1978.

digitalização dos acervos de instituições públicas, a constituição do *corpus* documental tornou-se uma tarefa ainda mais interessante. Esse esforço, quando bem feito, geralmente resulta em contribuições originais. No âmbito do mestrado, por exemplo, o manejo das fontes vem sendo uma linha forte de trabalhos. Isso pode até permitir que se volte a modalidades clássicas, como os inventários, as coleções e os códices, ou ao estabelecimento de obras a partir do cotejamento cuidadoso. Não se trata, portanto, de propor interpretações hermenêuticas complexas. Ao contrário do que possa parecer, a teoria só se beneficia do esforço empírico. Essa combinação é o que define uma boa pesquisa.